

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Flávio tem que contornar vários problemas na sua candidatura

A hora e a vez de Flávio Bolsonaro

Quando foi lançado, em 1946, o crítico literário Antônio Cândido classificou “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” como um dos contos mais perfeitos da literatura brasileira. Parte do livro “Sagarana”, trata-se de uma bela reflexão sobre a implacabilidade do destino. E serve bem para ajudar a pensar sobre a hora e a vez do senador Flávio Bolsonaro (RJ) na sua candidatura à Presidência da República, que será oficializada neste sábado em convenção em São Paulo. Flávio chega nessa hora enfrentando diversos problemas, agravados por diversas notícias na véspera. O ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça autorizou à PF o início das investigações sobre o financiamento do filme Dark Horse, cinebiografia de seu pai, para o qual Flávio pediu dinheiro ao dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Partidos com os quais ele contava aliança anunciaram que ficarão neutros.

“Nem que seja a porrete”

Vamos a um brevíssimo resumo do conto de Guimarães Rosa. Augusto é o “filho do coronel”. Ele é “estouvado e sem regra”. Um dia, leva uma surra e quase morre. Reco-lhido por um casal muito pobre, resolve mudar de vida. Torna-se moderado. Um padre lhe diz que se ele rezar muito e trabalhar, sua hora de entrar no Céu vai chegar. Augusto decide que chegará no Paraíso nem que seja “a porrete”. Mas um dia começa a sentir saudades do seu tempo de valentia. Sua hora acontece num duelo.

DIVULGAÇÃO



A Hora e a Vez de Augusto Matraga virou filme em 1965

Ensaios moderados e radicais

Diga-se que Augusto volta ao duelo por uma causa nobre. O jagundo Joãozinho Bem-bem ameaça por vingança um idoso e sua família. Se Flávio Bolsonaro conseguirá ou não chegar ao Céu da Presidência “nem que seja a porrete”, é o que o tempo dirá a partir da convenção de sábado. Flávio alterna momentos de abandono do estilo moderado e outros de retorno à humildade. Nos últimos dias, atacou as urnas eletrônicas ensaiando uma repetição da estratégia que levou seu pai, Jair Bolsonaro, à inelegibilidade.

Questões ficarão pendentes

Mas Flávio gravou também um vídeo em que pede trégua à sua madrasta, Michelle, num tom mais sereno e humilde. Na noite de quinta (23), Michelle respondeu: “Eu te desculpo”. Sua presença, porém, na convenção, não está prevista. E, se acontecer, será uma surpresa após as desculpas. É bem provável que muitas questões referentes à candidatura e à chapa permaneçam pendentes após a convenção.

Vice

A principal questão pendente é quem será o companheiro, ou companheira, de chapa de Flá-vio. O candidato do PL quer uma mulher. A principal hipótese nesse caso era a senadora Teresa Cristina (PP-MS). Mas Teresa já informou que não deseja o cargo. Mas diz também que em nenhum momento Flávio lhe fez de fato um convite.

Duas mulheres

Com a desistência de Tereza, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante compartilhou no seu Whatsapp duas reportagens do jornal Estado de São Paulo falan-do de outras duas mulheres que agora estariam mais próximas de fazer companhia a Flávio na corrida presidencial. Uma é católica, a outra é evangélica. As duas, le claro, conservadoras.

Nota 7

Os nomes cogitados são as depu-tadas federais Simone Marquet-to (MDB-SP) e Clarissa Tércio (PP-PE). Simone é católica, o que poderia vir a agregar um adicio-nal importante a Flávio. As pes-quisas mostram que ele perdem nesse segmento religioso para Lula. Já Clarrissa é evangélica. Mas é nordestina, região onde Flávio enfrenta rejeição.

Coligação

Há, porém, um grande problema em ambas as hipóteses: Simone e Clarissa não são do PL. Para que a chapa fosse formalizada, seria preciso que MDB ou PP formalizassem uma coligação com Flávio. O PP já anunciou oficialmente que ficará neutro nas eleições deste ano. O MDB provavelmente seguirá pelo mesmo caminho.

Simone e Clarrisa

Outro nome que foi cogitado é a ex-presidente da Caixa Daniella Marques, que Flávio cogita ser seu “Posto Ipiranga”, a referên-cia econômica de seu governo. Flávio chegou a apresentar seu programa de políticas para as mulheres ao lado de Daniella. Mas o problema é o mesmo: o Republicanos, partido dela, tam-bém anunciou neutralidade.

Única e indivisível

O Código Eleitoral é claro: “o re-gistro de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República será feito em chapa única e indivisível, ainda que resulte de aliança (coligação) de partidos”. Houve um filme sobre o conto de Guimarães Rosa. Com música de Geraldo Vandré. Que dizia: “Terá quem anda comigo sua vez e sua hora”.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Márcio Elias Rosa: governo não descarta usar a Lei de Reciprocidade

Trump impõe novo tarifaço sobre o Brasil de 12,5%

Alegação agora é falta de combate no país ao trabalho escravo

Por **Rudolfo Lago e Beatriz Matos**

O tarifaço de 25% não foi suficiente. Como já era espe-rado pelo governo brasilei-ro, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs novo tarifaço sobre os produtos brasileiros, agora de 12,5%. O novo mo-tivo alegado é a suposta falta de fiscalização no país sobre trabalho escravo, o que afe-taria a competitividade das empresas norte-americanas. Além do Brasil, pelo mesmo motivo os EUA sobretaxaram outros 59 países.

As novas tarifas sobre os países variam de 10% a 12,5 (que será a imposta sobre o Brasil). No caso, então, dos produtos brasileiros, a inci-dência do tarifaço chegará a 37,5%. As taxas têm origem em investigações diferentes.

O comunicado sobre o novo tarifaço é assinado pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), Jameson Greer. No comunica-do, ele afirma que os países que adotaram alguma medi-da para combater o trabalho forçado terão sobretaxa de 10%. Os que nada teriam fei-to, na visão do governo dos EUA, terão 12,5%. Seria o caso do Brasil.

O ministro do Desenvolvi-mento, Indústria, Comércio e

Serviços, Márcio Elias Rosa, reagiu ao anúncio do novo ta-rifaço. “O governo brasileiro rechaça veementemente a de-cisão do governo norte-ame-ricano de impor em relação a ele próprio e a outros países mais uma tarifa indevida ba-seada em fatos que não são reais, um fundamento que é indevido, ou seja, mais uma tarifação imposta ao Brasil de maneira indevida, ilegítima, descabida e também ilegal”, disse o ministro.

Elias Rosa lembrou que o Brasil é subscritor de todos os instrumentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que combatem o traba-lho forçado. Segundo ele, to-dos os acordos internacionais de comércio do país também levam a questão em conta. Ele citou como exemplo os re-centes acordos fechados com a União Europeia e com Sin-gapura.

Diante do novo tarifaço, o ministro subiu o tom sobre a possibilidade de o Brasil vir a usar a Lei da Reciprocidade. Até então, a intenção brasilei-ra era adiar a utilização dessa ferramenta. “O governo bra-sileiro não pode renunciar a possibilidade de usar o ins-trumento da reciprocidade. Porque seria abrir mão de um direito que protege a eco-nomia brasileira”, afirmou.